



## **Leonel Brizola e a defesa da democracia: um estudo de *O Panfleto* (1963-1964)**

Diego Martins Dória Paulo<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo pretende intervir no debate historiográfico sobre o golpe de Estado de 1964 no Brasil criticando uma das interpretações mais conhecidas sobre o evento, a qual busca por repartir as responsabilidades pela ruptura democrática entre as esquerdas e as direitas. Na lógica dessa argumentação, ambas contariam com “pouco apego democrático” naquela conjuntura histórica, favorecendo, portanto, a ruptura do regime. Assim, nas páginas que seguem, cotejo uma leitura crítica da tese à pesquisa documental de *O Panfleto* – importante jornal que funcionava como porta-voz de grupos como a Frente de Mobilização Popular, tida como uma das organizações da “esquerda radical”, supostamente mais desinteressada na manutenção da democracia. Apostando nessa metodologia, cremos ser possível avançar na crítica ao revisionismo histórico que tem prejudicado o conhecimento sobre importante processo de nossa história política recente, com evidentes desdobramentos sobre o presente.

**Palavras-chave:** O Panfleto, Leonel Brizola, Golpe de 1964.

## **Leonel Brizola y la defensa de la democracia: un estudio de *O Panfleto* (1963-1964)**

### **Resumen**

Este trabajo pretende interceder en el debate historiográfico sobre el golpe de estado de 1964 en Brasil. Su propósito es criticar una de las interpretaciones más conocidas sobre el evento, que busca compartir la responsabilidad por el golpe entre la derecha y la izquierda de la escena política brasileña. Así, en las páginas siguientes, comparo críticamente esta tesis con la documentación disponible de una organización izquierdista llamada O Panfleto, tratando de verificar la existencia del tan proclamado "poco celo democrático" de la izquierda brasileña. Basándome en esta metodología, creo que es posible criticar el revisionismo histórico del Golpe de Estado de 1964 en Brasil.

**Palabras-clave:** O Panfleto, Leonel Brizola, Golpe de 1964.

## **Leonel Brizola and the defense of democracy: a study of *O Panfleto* (1963-1964)**

### **Summary**

This paper aims to intercede in the historiographic debate on the coup d'état of 1964 in Brazil.

<sup>1</sup> Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Dedicar-se a pesquisas em História do Brasil República e da América Latina contemporânea. Atualmente, desenvolve estudo sobre o empresariado e os regimes democráticos latino-americanos no século XXI. O presente texto é parte da dissertação de mestrado intitulada “Leonel Brizola e a ‘Rede do Esclarecimento’ (1963-1964)”, defendida em 2016 no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-Unirio), com apoio da Capes. E-mail para contato: dmdpaulo@gmail.com

Its purpose is to criticize one of the best known interpretations about the event, which one seeks to share responsibility for the coup between the right and the left wings of the Brazilian political scene. Thus, in the following pages, I critically compare this thesis with the available documentation of a leftist organization – named *O Panfleto* –, seeking to verify the existence of the so proclaimed “little democratic zeal” of the Brazilian Left. Based on this methodology, I believe it is possible to criticize the historical revisionism of the 1964 Coup d’État in Brazil.

**Keywords:** O Panfleto, Leonel Brizola, Coup d’État of 1964.

O início da década de 1960 foi um período turbulento no Brasil. Crise econômica, instabilidade política e convulsões sociais se combinavam em um cenário de múltiplas crises, simultâneas e articuladas. Nessa conjuntura, o debate sobre transformações estruturais na sociedade brasileira estava na ordem do dia. Assim, se a historiografia consagrou leituras que demonstram a articulação de grupos conservadores para frear o avanço das reformas sociais<sup>2</sup> – agenda atribuída a João Goulart e encampada pelas esquerdas –, também os setores *reformistas* se mobilizaram para construir o futuro do país.

No caso do PTB, os anos 1950 foram de transformações motivadas pelo suicídio de Getúlio Vargas. Com a morte de seu principal líder, o partido se impôs tarefas que iam da capitalização do legado getulista à reestruturação institucional que lhe garantisse uma fatia maior do eleitorado. Os câmbios internos fizeram emergir o reformismo como conjunto de ideias-força, não tanto como uma segunda fase petebista, em oposição a um período de fisiologia e tutela representada pela face autoritária de Vargas (DELGADO, 1989), mas como corrente que, para se afirmar, buscou se diferenciar – sem rupturas definitivas – daquelas características também usualmente atribuídas ao que se convencionou chamar de *getulismo*. Nesse sentido, como mostra Ângela de Castro Gomes, aquela é uma década da reconstrução petebista, inclusive ideológica, singrado que foi o partido pelas disputas entre diversas correntes, dentre elas as já citadas *reformistas* (GOMES, 1994).

Para além do partido do trabalhismo brasileiro, havia um enorme mosaico de agrupamentos que cerravam fileiras pelo conjunto de reformas prometido por Jango. Falamos de organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), Frente de Mobilização Popular (FMP), Ligas Camponesas, etc. Tendo em vista os limites desse trabalho, interessa-nos analisar uma das trincheiras dessa espécie de *frente reformista*. Trata-se do jornal *O Panfleto*

<sup>2</sup> É referência no assunto a obra de René Dreifuss (1981) sobre o caráter de classe do golpe de 1964. Há, no entanto, outros estudos que se constituíram enquanto matrizes historiográficas sobre o tema. É o caso de trabalhos de Maria Helena Moreira Alves (2005), Florestan Fernandes (2005), Argelina Figueiredo (1992), dentre outros. Guillermo O’Donnell (1982), embora não se atendo exclusivamente ao caso brasileiro, também abriu um caminho de explicação histórica seguido por outros em suas reflexões sobre os Estados burocráticos-autoritários.

– controlado diretamente por Leonel Brizola, e que, por isso, identificou-se como um dos porta-vozes da ala mais à esquerda dos petebistas durante seu curto período de existência.

Com base no estudo dos textos produzidos por Leonel Brizola, procuramos entender melhor sua estratégia política, a fim de verificar a existência ou não de disposições para a ruptura democrática – como defendido, aliás, por uma das correntes interpretativas do golpe de 1964. Com efeito, de acordo com autores como Jorge Ferreira, *as esquerdas*, assim como as direitas, tinham então pouco apego à democracia, sendo, portanto, como se poderia concluir, cúmplices indiretas da interrupção institucional desfechada pelos militares na alvorada do Primeiro de Abril de 1964<sup>3</sup>. A importância de nosso trabalho, pois, evidencia-se pela possibilidade de se contribuir tanto com o debate sobre essa controversa tese quanto com o estudo desse fulcral momento da história brasileira.

### **Antes, a História de *O Panfleto* e uma análise da documentação**

O jornal chegou às bancas de jornal brasileiras em 17 de fevereiro de 1964 e permaneceu em circulação até o dia 30 de março seguinte, antevéspera do golpe. Sua curta existência totaliza 41 dias de atividade e sete edições publicadas – sendo este, portanto, o acervo documento preferencial para aqueles que desejam estudar o periódico. Veículo engajado na luta social, ao longo de suas páginas, havia espaço para análises políticas, econômicas e culturais, além de colunas, sendo a mais famosa assinada pelo próprio Leonel Brizola. Completavam o expediente do jornal nomes como Paulo Schilling e Maia Neto, trabalhistas de longa data. Todavia, o espectro político da redação era mais amplo, incluindo ainda o comunista Dias Gomes e o então presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), José Serra.

De acordo com Marieta Ferreira, em depoimento concedido ao CPDOC, na ocasião de lançamento, o jornal se defrontou com um problema prático: não havia dinheiro para ir muito além da primeira edição. Como a importância da pauta defendida pela publicação era crescente naqueles anos, ainda segundo aquela autora, optou-se por instrumentalizar grupos populares então chamados à ação por Leonel Brizola por meio da *Rádio Mayrink Veiga*. Tratavam-se dos Grupos de Onze Companheiros, que assumiram a responsabilidade de

<sup>3</sup> Essa corrente interpretativa do Golpe de 1964 tem se caracterizado por atribuir às esquerdas uma concepção instrumental de democracia, havendo, portanto, pouco “apego” ao regime enquanto tal. Essa posição seria identificável do PCB à ala considerada mais “radical” do campo das esquerdas - isto é, a Frente de Mobilização Popular (FMP), encabeçada por Leonel Brizola. Variações desse argumento são encontradas em autores como Argelina Figueiredo (1993), Daniel Aarão Reis Filho (2000) e o já citado Jorge Ferreira (2003).

divulgar o jornal e aconselhar sua assinatura em suas áreas de atuação. O resultado da medida parece ter sido positivo, inclusive pelo grande alcance desses grupos. Em menos de um mês, o jornal saltou da tiragem inicial de 70 mil exemplares à marca significativa de 200 mil impressões<sup>4</sup>. Os números dizem mais quando comparados aos dos grandes jornais do período. *A Noite*, por exemplo, na capa de edição exaltando sua história, publicada em 20 de dezembro de 1960, celebra ter alcançado uma tiragem também de 200 mil exemplares (*A NOITE*, 20/12/1960, p.1) – com a diferença importante de, nesse caso, tratar-se de um diário, ao passo que *O Panfleto* saía semanalmente. Em consulta ao *Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão* para tese de doutoramento, Ana Paula Goulart Ribeiro revela números ainda mais contundentes da imprensa do Rio de Janeiro na década de 1960. Enquanto *A Última Hora* não vendia mais de 117 mil exemplares, as tiragens de *O Dia* e *o Globo* giravam em torno de 200 mil (RIBEIRO, 2000, p. 47), números muito similares aos alcançados por *O Panfleto*. Fica, dessa forma, demonstrada a potencialidade de intervenção no debate público do jornal que ora temos em vista.

Na breve análise biográfica de alguns membros da publicação, além da comum repressão sofrida no imediato pós-golpe, chama atenção o posicionamento político mais à esquerda. Não devemos concluir, no entanto, que da redação emanava uma voz uníssona sobre as questões mais relevantes da época. Ao contrário, *O Panfleto* era fronteira em disputa no interior das esquerdas, disso sendo prova a relativa heterogeneidade de seus integrantes. A maioria era componente da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). No entanto, ex-filiados do à época ilegal Partido Comunista do Brasil (PCB) também assinavam colunas e reportagens no periódico. Completavam ainda a redação ex-quadros do Estado brasileiro, como é o caso do ex-ministro do Trabalho e Previdência Social de João Goulart, Almino Afonso. Dessa forma, pode-se apontar a pauta nacionalista, permeada pelo viés reformista, como uma orientação editorial significativa na publicação. Os quadros do veículo expressam também a união tática de comunistas com nacionalistas e reformistas naquela quadra histórica – facilitada pelo conhecido posicionamento do PCB favorável à revolução “nacional-democrática” naquela quadra histórica (MAZZEO, 1999).

Parece-nos claro que essa análise ajuda a compreender a linha editorial adotada por *O Panfleto*, exposta na capa de seu primeiro número. Já nessa edição, o jornal reivindica a *defesa dos anseios da população e dos problemas do povo*, com evidente retórica reformista.

<sup>4</sup> Essas e outras informações estão contidas em verbete escrito por Marieta de Moraes Ferreira para dicionário biobibliográfico do CPDOC. Acessível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/busca-simples/verbetes/verbetes-tematico/panfleto-o> (acessado em 20/12/2015 às 17:32)

Provavelmente será, no seio da família jornalística, uma ovelha negra; indiscutivelmente será, do ponto de vista econômico, uma fortaleza sitiada. Porque não cortejará o anúncio, porque não se submeterá a injunções, porque não encarará como sérios, como legítimos, senão os problemas do povo e o amplo debate que conduza à sua solução (*O PANFLETO*, 17/02/64, p.1).

Atacava, ainda, a “grande mídia”, ao opinar sobre a incompatibilidade entre prosperidade econômica de grupos midiáticos e *orientação honesta e sensibilidade ao clamor das massas*. Em outras palavras, *O Panfleto* saía às ruas anunciando que, precisamente por defender uma pauta *popular*, não receberia apoio econômico. Dessa forma, afirmava implicitamente serem os veículos de grande circulação “*antipovo*” e “*antinação*”, nas palavras de Leonel Brizola, igualmente adotadas pelo jornal.

*Panfleto*, assim, é um jornal que toma partido em favor das *forças populares pelo avanço de suas conquistas históricas*.

*Panfleto* é um jornal definido. Apoia as forças populares e aspira ser amparado por elas. Reconhece a legitimidade e o papel histórico do movimento sindical, do movimento camponês, do movimento estudantil e do movimento intelectual brasileiro; identifica-se com a luta das correntes nacionalistas que, integradas nos diferentes partidos políticos, encontram expressão máxima na Frente Parlamentar Nacionalista; sua linha política será norteadada pela posição das forças de vanguarda, hoje unidas na Frente de Mobilização Popular. (*O PANFLETO*, 17/02/64, p.1).

Dessa forma, o periódico, além de expor sua orientação editorial, especificava seu apoio às organizações que daqui para frente seriam agrupadas na categoria *forças populares*, mas que nesse momento são descritas uma a uma. No mesmo espaço, proclamaria ainda “a completa falência das estruturas sociais arcaicas”, preconizando a necessidade das “reformas de base” como caminho para o “desenvolvimento” e a “libertação” do país. (*O PANFLETO*, 17/02/64, p.1).

Outra orientação a se destacar é o tipo de nacionalismo que se desdobrava na luta *anti-imperialista*. Aqui, o editorial de inauguração do *Panfleto* assumia tom enérgico.

No campo da luta anti-imperialista a posição de *Panfleto* será clara e objetiva: guerra sem quartel aos trustes internacionais que saqueiam nossa pátria; denúncia permanente ao imperialismo, quer sob as formas brutais do colonialismo, quer sob as camufladas, como capitais estrangeiros de rapina e auxílios do tipo ‘Aliança para o Progresso’”. (*O PANFLETO*, 17/02/64, p.1).

Essa primeira aproximação, por conseguinte, mostra-se importante para reunirmos elementos que nos ajudem a compreender a linha editorial da publicação. Com efeito, *O Panfleto* aparecia com o claro objetivo de influenciar o debate político, formando a defesa das

chamadas “reformas de base”, entendidas como meio de “libertação nacional” do imperialismo e “superação do atraso econômico e social” (*O PANFLETO*, 17/02/64, p.1). A sequência das tarefas deixa transparente a filiação do periódico à estratégia de desenvolvimento de um “capitalismo nacional e autônomo” e “anti-imperialista”, tão comum entre as esquerdas brasileiras dos anos 1960. Nesse sentido, como ficou ressaltado quando analisamos os redatores da publicação, não seria oportuno desvincular essa orientação editorial das demandas e interesses dos quadros políticos que assinavam a publicação. Ao contrário, parece haver relação direta entre os interesses políticos dos redatores de *O Panfleto* e a orientação geral de seus textos, daí se podendo concluir que o periódico atuava como porta-voz informal de setores das esquerdas brasileiras – malgrado sua diversidade interna, que, mais do que refutar nosso argumento, reforça-o, dado que a publicação parece ter sido também importante eixo de articulação do que se poderia chamar de *campo reformista* na conjuntura da crise de 1963-64. Assim, cremos poder identificar nas páginas de *O Panfleto* aquelas que eram as ideias mais aceitas e compartilhadas entre as diversas frações da esquerda nacional – inclusive as ditas “mais radicais”, que dirigiam a publicação. Qualquer história sobre o jornal deve levar isso em consideração, inclusive por ser precisamente o que o torna tão interessante aos historiadores do golpe de 1964.

### **Democracia e reformas: Leonel Brizola nas páginas de *O Panfleto***

Na nossa breve explanação sobre a documentação, ressaltou-se as possibilidades de influência no debate público por parte de *O Panfleto*. Ora, a tiragem do periódico se assemelhava a de grandes jornais da imprensa brasileira, como *O Globo*, *O Dia*, *A Noite*, entre outros. Claro que, ao contrário desses, *O Panfleto* tinha foco na distribuição nacional, o que, se por um lado reduz proporcionalmente o número de seus exemplares, por outro aumenta a amplitude de seu alcance. Assim, não cremos ser exagero reiterar *O Panfleto* como um dos mais importantes porta-vozes de parte das esquerdas brasileiras na conjuntura imediata que antecedeu o golpe de 1964. Trata-se, pois, de preciosa fonte de estudos de perspectivas dos agentes sociais que escreviam em suas páginas.

Com esse material em tela, procedemos à tentativa de investigar as disposições para a ruptura democrática, especialmente por parte daquele grupo tido por mais “radical” por especialistas no tema<sup>5</sup>. Guiou-nos em nossa pesquisa a análise preferencial sobre temas como

<sup>5</sup> Um dos que mais insistiram nessa qualificação foi Jorge Ferreira, ao apontar a Frente de Mobilização Popular e Leonel Brizola como o setor “radical” das esquerdas. Para o mesmo autor, também esse grupo seria responsá-

a democracia e as instituições brasileiras em geral. Assim, o primeiro indício para formarmos uma reflexão sobre o assunto é fornecido ao leitor de *O Panfleto* em sua segunda edição, datada de 24 de fevereiro de 1964. No artigo de Leonel Brizola, que corriqueiramente abria o periódico, há a denúncia do “equilíbrio de forças” que impedia não só o avanço das “reformas estruturais”, mas também afetava a governabilidade de João Goulart. Assim, Brizola vaticinava que, em um dos momentos de maior isolamento presidencial,

[...] ninguém dispõe da *hegemonia do poder*. Estabeleceu-se uma espécie de *equilíbrio pernicioso* entre as forças e correntes que formam e compõem a atual realidade política brasileira. *Todos* desejam, num ou outro sentido, uma saída para o atual e deplorável estado de coisas, mas ninguém, até agora, teve condições de fazê-lo. (...) Enquanto este equilíbrio de poder se mantiver, permanecerá intocável a estrutura econômico-social que ai está, o atual e revoltante estado de coisas, e, portanto, continuará o nosso país aberto ao saque internacional. (...) E o Presidente João Goulart? Tem ou não, exerce ou não o Poder como chefe do Executivo? Considero que o Presidente João Goulart tem em suas mãos, nesta altura, apenas nominalmente, legalmente, a hegemonia do poder. É possível que ainda o tenha, também, *potencialmente*, desde que se decida a exercê-lo no sentido dos autênticos interesses do povo brasileiro e não no dos interesses das minorias privilegiadas, ou como tem pretendido exercer até agora. [grifos do autor] (O PANFLETO, 24/02/1964, p. 2).

O equilíbrio seria mais precisamente descrito como a disputa pelo poder entre quatro grupos.

As minorias dominantes e reacionárias que estão fora do Governo (podem ser simbolizadas na UDN, Lacerda, Ademar, etc), as minorias dominantes e reacionárias que estão dentro do Governo (PSD) – o próprio governo (Presidente João Goulart e contingentes que o acompanham, oficialismo, muitos carreiristas e oportunistas) – e as *Forças Populares* da maioria esmagadora do povo brasileiro. [grifos do documento] (O PANFLETO, 24/02/1964, p. 2).

Essas forças procurariam a saída para o que seria uma *crise política*, claro que com alternativas variáveis, como Brizola alertara. Enquanto os setores reacionários tenderiam facilmente a recorrer ao golpismo, a tarefa das *Forças Populares* era, então, lutar pela “emancipação brasileira” por “um só” caminho. Tratava-se:

[...] *da conquista da opinião pública e do apoio popular* (...). Quem conseguir uma situação mais adequada e favorável junto ao julgamento popular e em matéria de organização terá a seu favor as condições necessárias ao controle e hegemonia do poder, e sobretudo, poderá realizar ou impedir a libertação do nosso povo. [grifos do autor] (O PANFLETO,

---

vel por enfraquecer o governo de João Goulart com seu escasso “apego à democracia”. (FERREIRA, 2013, p. 113-134).

24/02/1964, p. 2).

Assim, a motivação de um dos líderes da “esquerda radical” fica aqui bastante clara. Urgia, em sua opinião, organizar as *Forças Populares* para disputar consciências em favor de sua agenda – composta pelas diversas reformas a que aspiravam àquela altura. *O Panfleto*, assim, aparecia como importante fronteira nessa batalha. Sua articulação à *Rádio Mayrink Veiga* e às células populares denominadas de *Os Grupos de Onze Companheiros* ampliava a capacidade de intervenção no debate público e da formação daquelas aspirações coletivas identificadas à pauta reformista. Em certo sentido, portanto, não se tratava de romper o regime democrático, mas *democratizá-lo*, ampliando a base de consenso social e de participação popular.

Essa articulação entre *O Panfleto*, rádio Mayrink Veiga – então igualmente controlada por Brizola e outros ligados à Frente de Mobilização Popular – e *Grupos de Onze* é claramente anunciada na primeira edição do periódico. “Rede do Esclarecimento” é o título algo provisório que Brizola esboça para nomear a iniciativa. Sua atuação combinada potencializava a capacidade de intervenção das *Frentes Populares* naquela batalha das ideias.

Milhões de brasileiros aguardam uma orientação, uma palavra de ordem. Ressalvando o grande esforço de organização dos trabalhadores em seus sindicatos, dos estudantes e camponeses, de alguns líderes populares, intelectuais e de muitos de nossos irmãos militares, é este o panorama geral de nosso país. Milhões e milhões de brasileiros esclarecidos e inconformados estão mais do que prontos para agir e fazer alguma coisa clamando por uma tomada de posição das lideranças e pela distribuição de tarefas, mas todos ou quase todos, sem qualquer articulação, imobilizados pela inexistência da organização que viria justamente dar impulso e canalizar a força invencível que representa o povo brasileiro mobilizado. (...) Foi dentro deste pensamento que se tomou a iniciativa, através da Rádio Mayrink Veiga e demais emissoras dessa “Rede do Esclarecimento”, da organização dos Grupos dos Onze Companheiros; de reunir *numa organização* simples, ao alcance de todos, mesmo nas áreas e localidades mais isoladas e distantes. Através da organização de pequenas unidades, e teremos como articular e reunir imensos contingentes do povo brasileiro às organizações existentes, como sejam, a FMP, CGT, Sindicatos, UNE e suas organizações, FPN, organização dos “SEM TERRA” e “LIGAS CAMPONESAS”, e entre os partidos políticos, o PTB e o PSB e outras organizações populares, locais ou regionais, dentro do objetivo de consolidar e cimentar a unidade das forças populares. (O PANFLETO, 24/02/1964, p. 2).

Estamos muito longe, pois, da visão de um grupo que defende o rompimento democrático. Vemos que a quase um mês do golpe a palavra de ordem era pelo trabalho de bases sociais, pela difusão no seio do “povo” da agenda reformista. Não há qualquer ataque público à democracia enquanto tal. Se haviam *intenções ditatoriais*, elas estão sub-

repticiamente ocultadas – o que, se pelo lado do cálculo político é até justificável, no mínimo nos deixa a pergunta: como os historiadores que partilham da tese que coloca essa esquerda como “antidemocrática” enxergaram indícios para defenderem o que sustentam? Onde estão essas pistas, se não aqui?

De volta aos anos 1960, mais precisamente às páginas de *O Panfleto*, encontramos nas linhas do jornal que as supracitadas reformas eram “um anseio popular”. Partindo do pressuposto de que do povo emana o poder, Brizola identifica, pois, suas aspirações como legítimas, devendo ser postas na ordem do dia pelo governo. Assim, critica a política de acomodação de João Goulart que, condicionando as transformações estruturais às alianças do campo partidário, estaria traindo a vontade popular, expressa tanto na crise de agosto de 1961 quanto no plebiscito que escolheu o regime político do Brasil, em 1963.

Dez milhões de brasileiros ofereceram impressionante demonstração de coesão, num pleito que a corrupção do poder econômico e a opressão das oligarquias não puderam desvirtuar nem viciar os resultados. A consulta plebiscitária de janeiro de 1964 foi, decididamente, um pleito livre, onde o povo brasileiro manifestou sua vontade na plenitude de sua consciência cívica e de suas convicções. Pelo que se pregou e disse ao povo, no decurso da campanha para o plebiscito – volta ao presidencialismo, com Jango e para as reformas – é fácil concluir que aquela aplastante manifestação popular teve o sentido de repúdio à política de acomodação, de vacilações, de indefinições, vigente no período do parlamentarismo. (O PANFLETO, 09/03/1964, p. 2).

Para Brizola, excepcionalmente naquela votação, o poder econômico e a influência dos votos de cabresto não foram suficientes para conter as demandas do *povo*. A vitória do presidencialismo foi, portanto, a vitória das reformas, haja vista que a campanha de João Goulart a favor daquele regime teria se centrado na agenda reformista. A recusa do parlamentarismo, por consequência, também seria uma recusa ao arbítrio do poder legislativo, a “casa mais conservadora da República” (*Idem*). Temos, pois, que, para Brizola, não se tratava de escolher entre democracia ou reformas, mas de optar pelas reformas precisamente por ser essa a realização da democracia.

O episódio do Comício da Central do Brasil é frequentemente lembrado como o ritual simbólico de aliança entre João Goulart e as esquerdas. Ainda, a ocasião teria revelado por parte dos elementos “radicais” a propensão à via de ruptura institucional. Com efeito, na ocasião, Brizola ousou mais decididamente convocar as *massas* e o *povo* para lutar pelo que seriam seus interesses sociais, fazendo um discurso especialmente duro contra toda sorte de obstáculo às transformações pretendidas. Discursando à audiência, na ocasião interpelaria o Congresso, fornecendo-lhe duas saídas: ou seguia o “povo em seus anseios”, ou se tornava

seu rival, devendo por ele ser reformado em pleitos futuros.

Não podemos continuar nesta situação [de crise]. O povo está a exigir uma saída. Mas o povo olha para um dos poderes da República, que é o Congresso Nacional, e ele diz não, porque é um poder controlado por uma maioria de latifundiários, reacionários, privilegiados e de ibadianos. É um congresso que não dará mais nada ao povo brasileiro. O atual congresso não mais se identifica com as aspirações de nosso povo. A verdade é que, como está, a situação não pode continuar. E aqui vai a palavra de quem deseja apenas uma saída para o trágico impasse a que chegamos. A palavra de quem apenas quer ver o país livre da espoliação internacional, como está escrito na carta testamento de Getúlio Vargas (O PANFLETO, 16/03/1964, p. 3).

O desacordo entre Brizola e Congresso Nacional fica evidente no fragmento transcrito. Por ser considerado em sua análise dominado por “privilegiados”, reacionários e latifundiários, o legislativo da República representaria a “Casa do Antipovo”, o reduto do conservadorismo que impedia o avanço das reformas e as conquistas populares. Ainda, o Congresso estaria ocupado por *ibadianos* – parlamentares, pois, a soldo de potências estrangeiras. A saída seria reformar o Congresso, com base na mobilização popular.

O povo é a fonte de todo poder. Portanto, a única saída pacífica é fazer com que a decisão volte ao povo através de uma Constituinte, com a eleição de um congresso popular, de que participem os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e oficiais nacionalistas, homens públicos autênticos, e do qual sejam eliminados as velhas raposas da política tradicional. Dirão que isto é ilegal. Dirão que isto é inconstitucional. Por que, então, não resolvem a dúvida através de um plebiscito? Verão que o povo votará pela derrogação do atual Congresso. (O PANFLETO, 16/03/1964, p. 3).

Importante ressaltar, no trecho acima, a forma clara com que Brizola apresenta o problema aos ouvintes: o Congresso não representa a sociedade brasileira. É reduto de representantes do “antipovo”, dado os métodos *escusos* de sua formação - e aqui a referência ao IBAD não é inocente. Assim, no caminho da efetivação das “reformas de base”, as casas do legislativo devem ser reformuladas. Não, porém, a ideia genérica de congresso, tampouco sua importância na divisão dos poderes, mas sim aquela composição específica e histórica de representação, responsável por uma distorção de representatividade que daria mais voz a alguns setores da sociedade do que a outros. Não estamos, portanto, diante de uma arenga a favor da ruptura institucional, tampouco abandonamos o terreno das instituições liberais, afinal o princípio da representação ainda está aí. Constatamos, ao contrário, firme defesa do resgate de uma ideia de democracia como *governo dos representantes do povo*, o que, dado o mencionado acima, *aquele* Congresso não seria.

A saída para o que Brizola enxerga como um desvio democrático é uma forma

relativamente mais participativa de política. Seria um plebiscito o primeiro passo para revogar os poderes do Congresso, abrindo espaço para que a reformulação fosse possível por meio de uma Assembleia Constituinte. Pode-se avançar, a partir do fragmento, duas observações: a primeira, referente à concepção de derivação do poder em uma democracia, para Brizola sempre partindo do “povo”; a segunda, que não estava em pauta nenhuma interrupção democrática – inclusive por ser a arma de ataque ao Congresso um instrumento democrático. É nesse sentido que sustentamos que Brizola pretendia reforma que objetivavam o que ele enxergava como um aprimoramento da democracia, corrigindo distorções por meio da participação mais direta do “povo” no debate político. Ao insistir nos mecanismos de representação e de participação por sufrágio, as “regras do jogo democrático”, como nomeadas e defendidas por especialistas no regime como Norberto Bobbio (2017), estão mantidas – mesmo, e principalmente, sob a ótica liberal.

Destaca-se, assim, a via das transformações pretendidas por Brizola. Definitivamente, o plebiscito era uma instituição prevista na Constituição – celebrada, inclusive, há poucos meses antes por ocasião dos debates sobre o parlamentarismo como regime político brasileiro. Portanto, se consideramos um equívoco atribuir a Brizola parte das responsabilidades pelo golpe de 1964, tampouco podemos concordar que dessa parte do espectro político a via da ruptura institucional tivesse representatividade significativa - o que não exclui, claro está, projetos isolados, mas que devem, então, ser tratados de acordo com sua dimensão restrita.

### **Considerações finais**

Uma parte das ciências humanas tem se apoiado nas reflexões de Antônio Gramsci para entender como projetos e interesses sociais, inicialmente circunscritos a pequenos grupos, podem se difundir, tornando-se vontades “universais” em uma dada sociedade. A conquista das consciências, assim, tem-se mostrado a um número não pequeno de estudiosos etapa importante na construção do consenso sobre um modo de vida, bem como sobre as mudanças possíveis e necessárias nessa formação social.

Seria certamente um absurdo identificar inspirações gramscianas no pensamento de Brizola. Ao contrário, entendemos que o petebista extraiu da realidade as orientações para sua atuação política, bem como de uma análise criteriosa da relação das forças em disputa. Em Brizola, a teoria está em estado prático. Seja como for, parece-nos evidente se tratar de alguém que sabia *jogar o jogo democrático*. Entendia perfeitamente que, antes de grandes transformações, a organização - que envolvia uma educação política específica – era um

momento indispensável, e até mesmo decisivo para o sucesso do projeto. Não sem razão à interpelação à “organização” é um lugar-comum na documentação de sua trajetória política nos anos 1960. No mais, todos os dados mais destacados de sua biografia naqueles anos apontam para esse caminho: em 1961, durante uma situação de defesa das instituições, foi ao “povo” que ele recorreu, mobilizando-o e o organizando pelo rádio. Pouco depois, com Miguel Leuzzi, reestruturou a rádio Mayrink Veiga, uma das mais populares no Rio de Janeiro desde os anos 1930, tornando-a um bastião da frente reformista. A organização das células populares – os *Grupos de Onze Companheiros* – e a criação de *O Panfleto* devem ser entendidas dentro dessa chave de leitura.

Os indícios, assim, avolumam-se. A insistência de Brizola na organização e na construção de consensos sobre as “reformas de base” conta com inúmeros documentos. Por outro lado, em *O Panfleto*, um jornal de imenso alcance para a época e fielmente identificado à pauta reformista defendida pelas esquerdas, não há qualquer sinal de defesa da ruptura democrática ou mesmo institucional. Os resultados de nossa pesquisa nos fazem pensar o que teria levado especialistas renomados no assunto a pensarem diferente. Talvez uma compreensão específica de democracia, particularmente avessa à maior participação popular. Com efeito, é do ponto de vista de uma democracia restrita que o apelo à participação popular em um plebiscito sobre o redesenho do sistema de representação pode parecer *antidemocrático*. Essa concepção de democracia, contudo, parece estranha mesmo no interior do pensamento liberal.

De qualquer modo, preferimos uma análise histórica do que é a democracia. Para nós, ela, como qualquer regime político, é um construto social em constante reelaboração, sujeita à correlação das forças em disputa. Nesse sentido, ela está em permanente redefinição, ora alargando o espaço de participação popular, ora estreitando – e ainda assim podendo se manter democracia. Assim, com base nessas reflexões e em análise criteriosa de importante fonte documental deixada por Leonel Brizola, não podemos afirmar que a interrupção democrática de 1964 foi também resultado de suas aspirações. A História, ao contrário, parece confirmar um juízo de primeira hora: a democracia morreu pela mão de militares, apoiados por setores importantes do empresariado e por camadas médias urbanas. As esquerdas cumpriram o papel dos golpeados. A lista de cassações de parlamentares pelo primeiro dos Atos Institucionais reforça a sentença. Nela, os petebistas, especialmente aqueles identificados a Leonel Brizola, são numerosos.

Aquela “Rede do Esclarecimento”, que pretendia ser importante trincheira no avanço reformista, também sentiu a mão pesada dos golpistas: a rádio Mayrink Veiga foi invadida

ainda na tarde do Primeiro de Abril, com o cadáver da democracia ainda quente. *O Panfleto* teve sua última edição circulando no dia 30 de março. Depois disso, aqueles que ainda guardavam exemplares trataram de queimá-los, enterrá-los, como informou a personagem que me cedeu os exemplares que basearam esta pesquisa, e que teve aqui seu nome preservado por manifesto desejo. Eram agora “provas” de subversão. Por fim, os *Grupos de Onze Companheiros* foram intensamente perseguidos. As recentes revelações de documentos do período mostram cada vez mais os resultados de diversos Inquéritos Policiais Militares (IPM’s) focados em desarticular qualquer organização popular. Mais uma vez, o campo reformista é aqui vítima.

A explanação acima pretende tão somente fazer justiça histórica. É claro que se, por um lado, não temos documentação que comprove o “pouco apego democrático” de Brizola e das esquerdas, por outro também não podemos afirmar sua adesão definitiva e inegociável àquele regime político. A História, no entanto, demanda fontes para construir suas afirmações. Assim, foi nosso objetivo tão somente demonstrar que, ao menos no principal jornal do campo reformista encabeçado por Brizola e pela ala “mais radical” das esquerdas, não há qualquer indício que sustente a referida tese de nossos colegas historiadores. São necessárias novas pesquisas que explorem a documentação recém-liberada à consulta para que se avance no debate – evitando a perpetuação de qualquer preconceito, especialmente contra as vítimas.

## Referências

**A NOITE**, 20/12/1960

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)**, v 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, 2004

\_\_\_\_\_. A Frente de Mobilização Popular, a esquerda brizolista e a crise de 1964. In: **Clio Série História do Nordeste**, Pernambuco, n. 22, p. 103-126.

\_\_\_\_\_. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. In: **Revista Brasileira de História**. V. 33, N. 66, São Paulo, julho/dezembro 2013, p.113-134

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou Reformas. Alternativas Democráticas à Crise Política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. **Vargas e a crise dos anos 1950.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004

GOMES, Angela Maria de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo.** São Paulo: Ática, 1989.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Sinfonia Inacabada.** São Paulo: Boitempo, 1999.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** São Paulo: Vozes, 2005.

**O PANFLETO.** Rio de Janeiro: 09 de março de 1964, n. 4, p.2

**O PANFLETO.** Rio de Janeiro: 16 de março de 1964, n. 5, p. 3

**O PANFLETO.** Rio de Janeiro: 17 de fevereiro de 1964, n.1, p.1

**O PANFLETO.** Rio de Janeiro: 24 de fevereiro de 1964, n.2, p. 2.

O'DONNELL, Guillermo. **El Estado burocrático-autoritario.** Buenos Aires: Editorial Belgrano, 1982.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução Faltou ao Encontro: os comunistas no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** São Paulo: Zahar, 2000.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **História e imprensa no Rio de Janeiro dos anos 50.** Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Comunicação, 2000